



UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA

**ANA CARLA DA SILVA LIMA
LIZANDRA ALENCAR BASTOS DE OLIVEIRA
SOLIEIDE SANTOS SILVA**

**A INTERNET E O NOVO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE
EDUCADORES EM TEMPOS DE PANDEMIA**

FEIRA DE SANTANA
2021

ANA CARLA DA SILVA LIMA
LIZANDRA ALENCAR BASTOS DE OLIVEIRA
SOLIEIDE SANTOS SILVA

**A INTERNET E O NOVO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE
EDUCADORES EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso da Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana como requisito para a obtenção do título em Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Nívia Bonfim Queiroz Rodrigues.
Coorientadora: Viviane França.

FEIRA DE SANTANA
2021

ANA CARLA DA SILVA LIMA
LIZANDRA ALENCAR BASTOS DE OLIVEIRA
SOLIEIDE SANTOS SILVA

**A INTERNET E O NOVO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE
EDUCADORES EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Artigo apresentado a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso ministrado pela Professora Ma. Nívia Bomfim Queiroz Rodrigues, como requisito para a obtenção da licenciatura em Pedagogia da Unidade de Ensino superior de Feira de Santana.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. (a) _____

Professor Dr. (a) _____

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar e analisar relatos de experiências de professores da educação básica sobre sua atuação docente, identificando as estratégias utilizadas pela escola para a oferta do ensino remoto ou híbrido durante a pandemia do Covid-19. Trata-se de uma revisão de literatura de abordagem qualitativa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) – Lei nº 9394/96 foi criada para garantir o direito de toda população a ter acesso à educação gratuita, sendo um dever do Estado de atendê-lo mediante oferta qualificada. Essa legislação determina a realização de 200 dias de efetivo trabalho escolar e carga horária de 800 horas para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Diante da situação de calamidade pública e medidas de enfrentamento causadas pela pandemia do Covid19, a Medida Provisória (MP) nº 934/2020 permitiu à flexibilização do calendário escolar. O ensino remoto ganhou protagonismo nesse momento de crise sanitária. Mesmo sem capacitação, os professores tiveram que correlacionar o aprendizado com as ferramentas digitais para elaborar as atividades *on-line*. Os mais vulneráveis foram os mais prejudicados durante a pandemia, atenuando a exclusão digital que produz exclusões sociais e educacionais. Os desafios educacionais frente a pandemia do Covid-19 perpassam pela falta de formação docente para o uso das ferramentas digitais, falta de recursos, pela incerteza e insegurança frente ao novo cenário educacional, sobrecarga de atividades, falta de adaptação do currículo para um ensino remoto, inexperiência dessa modalidade de ensino por parte da escola, precariedade estrutura tecnológica das escolas, dificuldade de acesso a computador e a internet dos usuários, falta de autonomia e interação dos alunos; que atenuam os entraves pré-existentes como a desvalorização docente e os problemas de saúde. Os relatos de experiências mostram que a internet ofereceu contribuições positivas para minimizar os impactos da pandemia sobre o processo da aprendizagem e a manutenção do vínculo afetivo com o aluno, possibilitando novas formas de ensinar e aprender; no entanto, ampliou as desigualdades sociais e econômicas, com o aumento do índice de desemprego e a redução de renda das famílias; acentuando não somente a dificuldade de aprendizagem, mas a exclusão digital, o abandono e a evasão escolar. Faz-se necessário a defesa e o investimento em igualdade e equidade no acesso aos direitos fundamentais do cidadão, políticas educacionais voltadas para a educação pública de qualidade, e capacitação e valorização dos professores.

Palavras-chave: Relatos de Experiências. Professores. Ensino Remoto ou Híbrido. Pandemia do Covid-19.

ABSTRACT

The study aims to present and analyze reports of experiences of basic education teachers about their teaching activities, identifying the strategies used by the school to offer remote or hybrid teaching during the Covid-19 pandemic.. This is a literature review with a qualitative approach. The Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) – Law nº. 9394/96 was created to guarantee the right of the entire population to have access to free education, and it is the State's duty to serve it through a qualified offer. This legislation determines the performance of 200 days of effective school work and a workload of 800 hours for early childhood education, elementary school and high school. In view of the situation of public calamity and coping measures caused by the Covid19 pandemic, Provisional Measure (MP) nº. 934/2020 allowed the school calendar to be made more flexible. Remote education gained prominence at a time of health crisis. Even without training, teachers had to correlate learning with digital tools to design online activities. The most vulnerable were the most affected during the pandemic, alleviating the digital divide that produces social and educational exclusions. The educational challenges facing the Covid-19 pandemic permeate the lack of teacher training in the use of digital tools, lack of resources, uncertainty and insecurity in the new educational scenario, overload of activities, lack of curriculum adaptation for remote teaching , inexperience of this teaching modality on the part of the school, precarious technological structure of schools, users' difficulty in accessing computers and the internet, lack of autonomy and interaction among students; that alleviate pre-existing obstacles such as teacher devaluation and health problems. Experience reports show that the internet offered positive contributions to minimize the impacts of the pandemic on the learning process and the maintenance of the affective bond with the student, enabling new ways of teaching and learning; however, it widened social and economic inequalities, with an increase in the unemployment rate and a reduction in family income; accentuating not only the learning difficulty, but digital exclusion, dropout and school dropout. It is necessary to defend and invest in equality and equity in accessing the fundamental rights of citizens, educational policies aimed at quality public education, and training and valuing teachers.

Keywords: Experience Reports. Teachers. Remote or Hybrid Learning. Covid-19 Pandemic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 A INTERNET E O NOVO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE EDUCADORES EM TEMPOS DE PANDEMIA	08
1.1 EDUCAÇÃO E SUAS DIRETRIZES	08
1.2 A PANDEMIA DO COVID-19	09
1.3 NOVO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO	10
1.4 DESAFIOS EDUCACIONAIS DO ENSINO REMTO E HÍBRIDO	12
2 METODOLOGIA	15
3 ANÁLISE DE DADOS.....	16
CONCLUSÃO	19
REFERÊNCIAS	21

INTRODUÇÃO

A pandemia provocada pelo Covid-19 fez com que os professores aderissem ao mundo tecnológico de forma abrupta e em pouco tempo, modificando e reinventando toda a forma de ensino, criando novas metodologias e estratégias para dar prosseguimento ao processo de ensino e aprendizagem. Porém, não foi só transformar a aula presencial em online, foi ir além dos conteúdos, foi ensinar habilidades. Para tanto, o professor precisa conhecer e aprender a usar as tecnologias digitais para criar novas situações de ensino por meio de novos métodos educacionais.

Nesse cenário, para alcançar o objetivo de educar e seguir o ano letivo no cenário de crise sanitária, foi preciso a adoção do ensino remoto ou híbrido e do uso mais intenso das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs). No entanto, essa mudança de modalidade com o protagonismo do ensino remoto se deu sem planejamento, investimento e capacitação digital docente. A educação remota é a transformação digital mais rápida na área de educação, que acentuam as fragilidades e os problemas estruturais dessa área. Diante disso, presente artigo visa investigar quais os desafios educacionais para a resignificação das práticas pedagógicas em tempos de crise sanitária?

O presente estudo tem como objetivo geral apresentar e analisar relatos de experiências de professores da educação básica sobre sua atuação docente, identificando as estratégias utilizadas pela escola para a oferta do ensino remoto ou híbrido durante a pandemia do Covid-19. Especificamente em: abordar algumas diretrizes da educação presentes na LDB; contextualizar o cenário da pandemia do Covid-19; analisar o novo cenário da educação com a inserção mais intensa das tecnologias digitais; e apresentar os desafios educacionais diante do ensino remoto e híbrido.

Debater sobre o novo cenário da educação é importante para a eliminar barreiras que promovem a exclusão digital, educacional e social, na perspectiva de garantir a equidade das possibilidades de aprendizagem a todos. Uma prática inovadora requer mudanças e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas. Entretanto, a formação do professor para o uso das ferramentas digitais ainda é insuficiente. Desse modo, o estudo se justifica pela necessidade de reflexão sobre a

vivência desse profissional durante a pandemia, ressaltando a relevância da ação docente, enquanto mediador do processo de aprendizagem dos alunos.

O presente estudo está estruturado em três capítulos. A introdução contém a pergunta de investigação, os objetivos do trabalho e a justificativa adotada no estudo. No primeiro capítulo, elaborou-se as construções teóricas sobre as diretrizes da educação postuladas no LDB, a pandemia do Covid-19, o novo cenário da educação e os desafios do ensino remoto e híbrido. No segundo capítulo, elaborou-se o percurso metodológico empregado para realização deste estudo. No terceiro capítulo, elaborou-se as discussões dos dados com as análises dos relatos de professores em tempo de crise sanitária. Em seguida, são feitas as considerações finais do estudo. Após, são elencadas as referências utilizadas no decorrer do texto para dar consistências ao estudo.

1 A INTERNET E O NOVO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE EDUCADORES EM TEMPOS DE PANDEMIA

1.1 EDUCAÇÃO E SUAS DIRETRIZES

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) – Lei nº 9394/96 regulamenta o sistema educacional público e privado do Brasil, na educação básica e no ensino superior. Segundo a referida Lei, a educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica que “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” (BRASIL, 1996, art. 29) e abrange as creches (0 a 3 anos) e a pré-escolas (4 e 5 anos), sendo ofertado de forma gratuita, mas não obrigatória.

Segundo a Lei nº 9394/96, o ensino fundamental compreende os anos iniciais (1º ao 5º ano) e os anos finais (6º ao 9º ano), sendo ofertado de forma gratuita e obrigatória, com duração de nove anos, tendo por objetivo a formação básica do cidadão, conforme artigo 32 da referida Lei. O ensino médio (1ª, 2ª e 3ª series) é a “etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos” (BRASIL, 1996, art. 35). Essa legislação foi criada para garantir o direito de toda população a ter acesso à educação gratuita, sendo um dever do Estado de atendê-lo mediante oferta qualificada; conforme artigo 2º da referida Lei. Para Saviani (1996), a educação passa para responsabilidade do Estado e esboça-se a ideia da escola pública universal que visa formar o cidadão e atender as necessidades do mercado.

Segundo a LDB, em seu artigo 2º, é imprescindível ao processo educacional “o pleno desenvolvimento do educando”, isto é, proporcionar uma formação integral que se estenda além do aspecto formal de conteúdo, atingindo também a formação ética, de caráter republicano e democrático. Preparar um cidadão íntegro significa construir uma pessoa para o exercício da cidadania, capaz de compreender seus direitos e deveres, e principalmente, aprender como conviver em sociedade. Assim, ao compreender o educando como um ser complexo, a LDB abre espaço para a discussão de uma educação mais ampla e que mantenha um diálogo com a realidade social dos alunos (BRASIL, 1996).

A Lei nº 9394/96, em seu artigo 24, inciso I e artigo 31, inciso II, determina a realização de 200 dias de efetivo trabalho escolar e carga horária de 800 horas para

a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Diante da situação de calamidade pública e medidas de enfrentamento causadas pela pandemia do Covid19, a Medida Provisória (MP) nº 934/2020 permitiu a flexibilização do calendário escolar para a educação básica em conformidade com a legislação educacional, determinando que todas as redes de educação básica estavam desobrigadas de cumprir o mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar; no entanto, deveria ser cumprida a carga horária mínima anual de 800 horas ou a estabelecida pelos respectivos sistemas de ensino (BRASIL, 2020).

1.2 A PANDEMIA DO COVID-19

Em 2019, o mundo começou a vivenciar um dos seus maiores desafios, a COVID-19, causada pelo SARS-CoV II ou Coronavírus que causa a síndrome respiratória aguda grave. A contaminação teve início na cidade de Wuhan, na China, em meados de dezembro, de onde se propagou por diversos países e continentes em pouco tempo. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo Coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública. Em 3 de fevereiro, foi confirmado o primeiro caso de Covid-19 no Brasil. Em março, a OMS caracterizou a propagação do vírus como uma pandemia (MARQUES, 2020; SOUSA *et al.*, 2021).

Após alguns estudos matemáticos, os cientistas, especialistas especialmente os epidemiologistas, conseguiram identificar que para conter a curva de crescimento, isto é, crescimento do número de contaminados a tempo de os serviços de saúde atender era necessário adotar medidas restritivas. As medidas recomendadas pela OMS foram o distanciamento social, para diminuir a interação e o contato físico entre as pessoas, fato que retardaria também a contaminação pelo novo Coronavírus, e o isolamento social que possibilitou a permanência das pessoas em seus domicílios, saindo apenas em casos necessários, a separação dos doentes dos não doentes e o fechamento de espaços de grande circulação de pessoas; além da adoção de medidas de controle e prevenção como o uso de máscaras e álcool em gel e lavagens das mãos, dentre outras (MARQUES, 2020; MARTINS; ALMEIDA, 2020).

Diante disso, foram fechadas as escolas, passeios públicos, parques, shopping centers, bares, restaurantes, eventos que reuniam até 50 pessoas – mais tarde, ampliado para o cancelamento dos eventos; a estimulação ao trabalho de forma

remota; fechamento de estradas e manutenção apenas dos serviços considerados essenciais, obedecendo a alguns critérios como número limitado de clientes e uso obrigatório de máscaras para entrar nos estabelecimentos e circular de carro próprio e em transporte coletivo. Mesmo com o excesso de informações e as *fakes news* disseminadas nas redes sociais, “grande parte da população brasileira apoiou e aderiu ao movimento do isolamento social com o objetivo de se prevenir da Covid-19 e de colaborar com a atenuação da curva de contágio no país” (MARQUES, 2020, p. 91).

Percebe-se que a pandemia do Covid-19 trouxe consequências econômicas, políticas, sociais e educacionais a toda população brasileira. As medidas para conter a propagação do vírus afetaram drasticamente a vida das pessoas, causando grande estranhamento, haja vista a especificidade da situação vivenciada. Foi preciso (re)pensar hábitos de higiene pessoal e coletiva para frear disseminação do vírus. Entretanto, a veiculação de notícias falsas ou não confiáveis fez com que as pessoas banalizassem o assunto, aceitando como verdadeiras, comprometendo a saúde de todos. Além disso, diversos serviços precisaram ser organizados em *home office*, e muitos profissionais precisaram se reinventar para manter minimamente a renda para o sustento e os compromissos básicos (MARQUES, 2020; MARTINS; ALMEIDA, 2020).

1.3 NOVO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO

A Covid-19 chega implacavelmente e fecha o cerco para educação. A necessidade de ficar em casa e distante passou a ser essencial para a saúde de todos. Com a rápida disseminação do vírus, as escolas foram forçadas a paralisar suas atividades presenciais, para obedecer aos protocolos de isolamento recomendados pelas autoridades de saúde e OMS. Em 17 de março de 2020, o Ministério de Educação (MEC), por meio da Portaria nº. 343/MEC, orientou a substituição de aulas presenciais por aulas remotas, inclusive das escolas de educação básica, uma mudança considerável no cenário educacional brasileiro. Com isso, o formato de sala de aula, lousa e carteiras precisou ser adaptado (BRASIL, 2020).

O ambiente virtual foi utilizado no ensino para dar continuidade as atividades pedagógicas. O parecer CNE/ CP nº 5/2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado em 28 de abril de 2020, orientou a “reorganização do Calendário Escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de

cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19” (BRASIL, 2020b). Segundo Fettermann e Tamariz (2021, p. 01), “a pandemia da COVID-19 trouxe a todas as escolas do país a necessidade de fazer adaptações em seus planos de trabalho”.

Essa mudança de modalidade de ensino exigiu dos professores um desafio de como adaptar as aulas sem prejudicar o processo de ensino e aprendizagem. Esses profissionais tiveram que aprender e criar alternativas para driblar o colapso e prosseguir com o ano letivo. O ensino remoto ganhou protagonismo nesse momento de crise sanitária. É uma modalidade de caráter circunstancial, mas que não se configura um novo modelo educacional, pois foi adotado apenas durante a pandemia do Covid-19. O relacionamento entre aluno e professor sofreu mudanças. Na modalidade remota, professores e alunos deixaram de coexistir em espaço físico para coexistirem em um ambiente virtual e as aulas acontecem com o auxílio de tecnologias digitais e da internet (SOUSA *et al.*, 2021 GONALVES *et al.*, 2021).

Mesmo sem capacitação, os professores tiveram que correlacionar o aprendizado com as ferramentas digitais para elaborar as atividades *on-line*. No início da pandemia, algumas escolas começaram a enviar atividades, áudios e vídeos para os alunos via e-mail, grupos de WhatsApp ou sistema acadêmico; e outras iniciaram com as aulas síncronas *on-line*. A pandemia forçou as instituições a mudarem suas metodologias depois quando a vacinação chegou aos professores e mais jovens, resultando na reabertura das escolas e a adoção do modelo híbrido. Nesse tipo de modalidade, as aulas acontecem com a capacidade reduzida, ocorrendo com metade da turma em casa e com a outra metade (juntamente com o professor) na sala de aula, tendo um revezamento entre os grupos que mudam geralmente a cada dia ou a cada semana (FETTERMANN; TAMARIZ, 2021).

Algumas escolas (principalmente, as escolas particulares de grande porte) se prepararam de antemão para o retorno dos alunos, fazendo um grande investimento na aquisição de tecnologia para atender ao ensino híbrido: câmeras, retroprojetores, notebook, computadores, equipamentos de internet, dentre outros. Além disso, foi necessário realizar outras mudanças de logística para atender os novos padrões de higiene impostos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Protocolo de Biossegurança do MEC como: salas arejadas e espaçosas, suporte aos alunos que não estão na aula, distanciamento de 1,5m entre as carteiras, estoque de álcool em gel, medição de temperatura, escalonamento do intervalo e da saída, dentre

outras. As escolas puderam funcionar mediante avaliação e parecer da vigilância sanitária para voltar às atividades semipresenciais (MARTINS; ALMEIDA, 2020).

Além dessas limitações, algumas práticas ainda não foram permitidas, como é o caso do compartilhamento de objetos pessoais (como canetas, lápis, borrachas, copos) ou alimentos, além de não ser permitido brincadeiras em que haja contato físico. No intervalo, os alunos têm que ficar numa área destinada à sua turma e sempre com o distanciamento de 2 metros entre si. Caso algum aluno ou funcionário esteja com suspeita de covid-19, o mesmo terá que ficar em isolamento e fazer o teste. Caso o resultado seja positivo, todas as pessoas que tiveram contato com o doente também terão que se afastar da escola e fazer o teste. Em certas ocasiões, a escola pode interromper suas atividades por 15 dias. Fica evidenciado que tanto os professores como os alunos tiveram a necessidade de adaptação aos novos métodos remotos de ensino e aprendizagem (MARTINS; ALMEIDA, 2020).

1.4 DESAFIOS EDUCACIONAIS DO ENSINO REMOTO E HÍBRIDO

O professor precisou reaprender as novas exigências da atualidade, repensar e reinventar a sua prática docente e refazer os caminhos diante de tantas mudanças. Para que os alunos não fossem prejudicados pela pandemia do Covid-19, muitos professores se adaptaram em plataformas digitais, criando aulas *on-line* para tentar seguir o ano letivo. Inicialmente, as aulas passaram a ser ministradas remotamente apenas para um grupo: aqueles que tinham o maior poder aquisitivo, atenuando as dificuldades de acesso as classes menos favorecidas, pois muitos alunos não têm acesso a computador e à internet em casa, já que muitas famílias não têm estrutura física em casa, material disponível, um lugar para assistir as aulas; e muitas escolas não tinham estrutura para aulas virtuais (SILVEIRA, 2021).

Os mais vulneráveis são os mais prejudicados durante a pandemia. Apesar de uma parcela da população possuir internet, smartphones, tablets, computadores e uma sala de aula silenciosa, o restante do Brasil não consegue comer nem três refeições por dia. Bourdieu (2007) questionou o papel da educação como agente transformadora e democrática, já que essa tem a função conservadora de reproduz e legitimar as desigualdades sociais e culturais, sendo promotora dos privilégios sociais, uma vez que as classes menos favorecidas não tinham as mesmas oportunidades de acesso ao ensino, além da escola exigir de todos os alunos o mesmo conhecimento,

sem levar em conta suas diferenças históricas, culturais, sociais e econômicas. Desse modo, a pandemia afeta de forma desigual os alunos, seja por falta de estrutura e acessos ou por adaptação ao mundo da tecnologia.

É preciso considerar que as escolas estão inseridas em contextos sociais e esferas diferentes. Com a adoção do ensino remoto, muitos professores sentiram-se inseguros e tiveram dificuldades de adquirir e transmitir conhecimento com utilização de mídias digitais; tinham dificuldades de encontrar formas de atrair a atenção dos alunos e gerar interação, assim como de avaliá-los; além da sobrecarga de atividades. As dificuldades se atenuaram na pandemia, ocasionando o abandono e evasão escolar por partes dos alunos e o aumento de professores adoecidos e desempregados. Para Monteiro (2020), a pandemia escancarou as dificuldades que muitos professores, alunos, sistemas de ensino e pais possuem em lidar com as novas tecnologias digitais; as quais exigiram dos professores uma postura inovadora frente a prática pedagógica.

De acordo com Marques (2020, p. 93), “a educação assume um papel cada vez mais desafiador numa sociedade carente de novos saberes para transformar o patamar atual em que se encontra a sociedade diante de um inimigo invisível que deixa marcas profundas por onde passa”. O ensino híbrido foi adotado pela maioria das escolas para retornar as atividades semipresenciais. Com a mudança de metodologia vem a necessidade de se adaptar à modalidade híbrida. Uma das principais dificuldades é a habituação com uma rotina rígida, visto que nas aulas em casa o aluno tinha uma rotina mais flexível, podendo fazer um lanche a qualquer hora ou participar das aulas sem a obrigatoriedade do uniforme escolar.

A necessidade de utilizar a tecnologia para atender a turma que está em casa é um problema constante, já que montar o equipamento demanda tempo e muitas vezes não funciona como deveria. Problemas na plataforma, lentidão do notebook ou queda de internet são problemas comuns que prejudicam o andamento da aula. Em certas ocasiões, resolver tais problemas pode demorar vários minutos, o que acaba consumindo grande parte da aula do professor, dificultando o cumprimento do seu plano de aula. Outra dificuldade encontrada na modalidade híbrida é a conciliação entre as duas turmas, como o microfone e a câmara têm acesso limitado, os professores têm dificuldade de dar a devida atenção aos dois grupos (FETTERMANN; TAMARIZ, 2021).

Com isso, os alunos que não estiverem presentes na sala de aula ficam prejudicados devido às limitações impostas pela tecnologia, assim como as limitações comunicativas que são essenciais na sala de aula. Existe uma grande dificuldade por parte do professor em dar a devida atenção a turma remota que tem recursos limitados, enquanto a turma presencial também necessita dessa atenção constantemente (FETTERMANN; TAMARIZ, 2021). Outros entraves estruturais existentes na educação brasileira foram atenuados como a desvalorização da profissão docente, a falta de recursos pedagógicos e tecnológicos e auxílio internet, a falta de apoio e formação para a construção do planejamento diferenciado e interdisciplinar e as dificuldades psicológicas e de saúde do professor (MARTINS; ALMEIDA, 2020).

2 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma revisão de literatura sobre os relatos de vivências dos professores da educação básica em tempos de pandemia do Covid-19, cuja abordagem adotada é a qualitativa, por apresentar análises qualitativas de caráter subjetivo. Por utilizar livros, artigos, revistas, monografias, publicados em bancos de dados nacionais e bibliotecas digitais, e legislações e documentos oficiais, o estudo também pode ser considerado uma pesquisa bibliográfica e documental.

Na etapa 1, foi realizada a coleta de dados nos bancos de dados: *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS, nas bibliotecas virtuais e nos sites oficiais, no período de 2020 a 2021. As categorias analíticas utilizadas no artigo foram: educação e suas diretrizes, pandemia do Covid-19, novo cenário da educação, desafios educacionais do ensino híbrido e relatos de vivência de professores em tempos de pandemia.

Na etapa 2, foi realizada a leitura e seleção dos estudos. Foram encontrados 35 estudos; desses, 29 foram excluídos por terem informações duplicadas ou estarem em língua estrangeira ou fora do período delimitado. Foram escolhidos 7 estudos, além de utilizar dois autores clássicos da educação. Os autores escolhidos foram: Marques (2020), por abordar sobre a pandemia do Covid-19; Fettermann e Tamariz (2021) e Martins e Almeida (2020), por abordam sobre a pandemia do Covid-19, o novo cenário e desafios da educação; Monteiro (2020), Sousa *et al.* (2021), Gonçalves *et al.* (2021) e Silveira (2021), que além de abordar sobre o novo cenário e desafios da educação diante da pandemia, traz relatos dos professores em tempos de crise sanitária. Bourdieu (2007) foi escolhido por questionar a educação como reprodutora das desigualdades sociais e Saviani (1996), por discutir sobre a educação e a formação do educador

Na etapa 3, foi realizada a escrita da fundamentação teórica do estudo. Na etapa 4, foi construída a escrita dos procedimentos metodológicos, identificando a técnica e abordagem adotadas. Na etapa 5, foi realizada a escrita das análises dos dados com a apresentação de alguns estudos de relatos de professores durante a pandemia do Covid-19. Na etapa 6, foi realizada a escrita da conclusão do estudo. Na etapa 7, foi realizada a escrita da introdução, fazendo uma breve contextualização do tema, apresentando o problema, os objetivos geral e específicos e justificativa do estudo. Na etapa 8, foi construído os elementos pré-textuais e pós-textuais do artigo.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A pandemia do Covid-19 causou intensas modificações no cotidiano das pessoas de todo o mundo como o alto índice de mortalidade, principalmente entre os idosos, pessoas com doenças crônicas e ou comorbidades associadas que compunham o grupo de risco e em profissionais de saúde que necessitaram estar na linha de frente do combate ao vírus; colapso nos sistemas de saúde público e privado; e o comprometimento econômico que afetou especialmente a camada mais pobre da sociedade, ampliando ainda mais sua situação de vulnerabilidade (MARQUES, 2020; MARTINS; ALMEIDA, 2020).

Em virtude disso, as aulas presenciais foram suspensas, devido as medidas preventivas de distanciamento e isolamento social, recomendadas pelas autoridades sanitárias em diferentes esferas administrativas (governo federal, governos estaduais e municipais) e pela OMS, para conter a disseminação do vírus. As mudanças no cenário educacional provocaram a reestruturação do processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente na prática docente. A implementação das atividades não presenciais ocorreram sem o desenvolvimento de ações voltadas para a capacitação digital dos professores (MARQUES, 2020; MARTINS; ALMEIDA, 2020).

Aulas *online*, adaptações metodológicas e o manuseio de recursos tecnológicos de forma abrupta fizeram parte desse novo cenário educacional, aumentando as demandas do professor. Nesse cenário, o professor precisou reaprender as novas exigências da atualidade e reinventar sua prática pedagógica diante das mudanças sociais. As novas tarefas que integraram o planejamento docente ao ensino remoto perpassavam pela criação de grupos de transmissão, criação de roteiros, edição de vídeos, desenvolvimento de tarefas em documentos compartilhados e editáveis *online* e transmissão de *lives* (MARQUES, 2020; MARTINS; ALMEIDA, 2020).

Mesmo diante dos desafios impostos pela Covid-19, muitos professores encararam redefinir o processo de ensino e aprendizagem para proporcionar uma aprendizagem significativa. Essa mudança exigiu, dos professores, intensas aprendizagens. Sendo assim, o professor teve um papel fundamental para criar inovações cotidianas de sobrevivência a uma demanda de ensino que subvertessem a lógica imposta, pois as tecnologias digitais podem potencializar as práticas pedagógicas; desde que para isso seja ofertado a formação docente e esse

profissional possa transformar o pensamento sobre a prática educativa mediada pelo uso das TICs.

Monteiro (2020) analisou a experiência de uma escola da rede municipal de Campina Grande com a oferta de ensino remoto durante a pandemia da COVID-19. O trabalho docente passou a adotar a utilização das *classrooms*, grupos de WhatsApp, chamadas telefônicas, aulas e reuniões virtuais via Google Meet. A equipe pedagógica da escola pesquisada criou um plano estratégico diferenciado; passou a fornecer pequenas formações aos professores sobre como criar estratégias pedagógicas para o ensino remoto; foram criadas planilhas de acompanhamento do desenvolvimento e participação dos alunos e os formulários de planejamento do professor para criar os portfólios virtuais. Para a autora, dois impactos significativos da pandemia foram o despertar dos professores e da equipe escolar para implementar práticas inovadoras no cotidiano e o envolvimento dos pais ou responsáveis nas atividades no ensino remoto.

Gonçalves *et al.* (2021) relataram a experiência do ensino remoto em quatro escolas públicas no estado do Rio de Janeiro. Os recursos tecnológicos utilizados pelas docentes para atender os alunos neste período de pandemia foram as plataformas contratadas pelas redes de ensino: *Google Classroom*, *Microsoft Teams* e Escola Mais Digital; associados com outros dispositivos como WhatsApp, TV, e-mail e materiais impressos para os que não possuem acesso digital. As escolas analisadas apresentaram baixa adesão dos alunos ao ensino remoto, com retorno máximo de 25% do público alvo; sendo que os principais fatores responsáveis pelo insucesso dessa modalidade de ensino foram a falta do acesso digital e da autonomia para estudar. Para as professoras, os alunos que seriam alfabetizados em 2020 poderão chegar às séries subsequentes com defasagens; aumentando ainda mais as diferenças entre aqueles que têm acesso ao conhecimento e aqueles que não possuem.

Silveira (2021) apresentou a experiência de um grupo de professores/as da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis em torno de uma dinâmica coletiva de teletrabalho. A maioria dos professores utilizavam as tecnologias no cotidiano escolar, mas não contou com formação apropriada, seja no âmbito das licenciaturas ou na formação continuada. O trabalho remoto na educação infantil provocou a substituição de uma prática docente que envolvia o cuidado, a presença, o contato físico, as interações, os momentos de partilha; por outra que envolvia ações

pedagógicas eletronicamente mediadas com a produção de propostas audiovisuais *on-line* e socialização para as famílias por meio de ferramentas digitais. Os professores tiveram dificuldades para produzir conteúdos temáticos por meio de tecnologias digitais, revelando as carências da formação docente quanto a apropriação tecnológica didática.

Em um estudo de caso etnográfico, decorrente da experiência realizada na disciplina de Estágio Supervisionado, Sousa *et al.* (2021) investigaram as possibilidades de construção da relação afetiva professor-aluno durante o processo de aprendizagem no contexto de ambiente virtual emergencial, decorrente da pandemia de Covid-19. Os autores constataram que a impossibilidade da presença física, a participação e interação são abaladas no contexto pandêmico, porém as dificuldades e limitações do ensino remoto não impedem o estabelecimento de relações afetivas positivas, embora o novo cenário ocasione problemas e atenuem os desafios educacionais como a insegurança dos profissionais diante de uma realidade incerta e a exclusão digital.

Os relatos de experiências mostram que a internet ofereceu contribuições positivas para minimizar os impactos da pandemia sobre o processo da aprendizagem e a manutenção do vínculo afetivo com o aluno, possibilitando novas formas de ensinar e aprender; no entanto, ampliou as desigualdades sociais e econômicas, com o aumento do índice de desemprego e a redução de renda das famílias; acentuando não somente a dificuldade de aprendizagem, mas a exclusão digital, o abandono e a evasão escolar. O ensino remoto ou híbrido desconsidera o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, estabelecido no artigo 206 da Constituição Federal de 1988. Desse modo, a exclusão social produz exclusões educacionais.

Dessa forma, conforme expressa Bourdieu (2007), escola é injusta e continua a reproduzir as diferenças preexistentes, tratando todos os alunos por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, além de legitimar as desigualdades sociais; mascarando e manipulando a realidade a favor da classe dominante. Vislumbra-se, portanto, a necessidade de propiciar espaços mais inclusivos nos quais o aluno possa se desenvolver de forma plena e integral as dimensões físicas, intelectuais, afetivas, sociais, éticas e culturais; reconhecendo como ser social; para que se tornem cidadãos capazes de analisar de forma crítica a sua realidade e de lidar com as situações adversas.

CONCLUSÃO

A pandemia do Covid-19 escancarou a necessidade do uso mais intenso das TICs na área da educação para expandir oportunidades de aprendizado. O ensino remoto e híbrido foi uma alternativa para a reabertura gradual das escolas, uma vez que o vírus ainda não foi controlado. O presente artigo objetivou apresentar e analisar relatos de professores sobre sua atuação em ambientes virtuais, através da adoção da modalidade remota sem aquisição de recursos, treinamento ou planejamento prévio, durante a pandemia. O novo cenário de transformação digital do setor amplia as fragilidades do sistema educacional e as desigualdades sociais, tornando a educação desigual para os alunos e exigindo dos professores um desafio de como adaptar as aulas sem prejudicar o processo de ensino e aprendizagem.

É sabido que a educação constitui um direito de todos e integra o processo de formação do indivíduo, tornando-o crítico, capaz de compreender e transformar a realidade em que vive. Com a pandemia do Covid-19, foi preciso ir além do tradicional lousa e giz para oferecer experiências diversificadas de aprendizagens aos alunos diante desse cenário. Desse modo, os professores precisaram reinventar prática pedagógica para manter minimamente a renda para o sustento e os compromissos básicos; mas, essa nova realidade não foi uma tarefa fácil. Foi preciso adotar uma postura inovadora, alinhada com uma metodologia ativa e o uso mais intenso das ferramentas digitais como Zoom, Skype e Google Meet, para auxiliar a aprendizagem dos alunos educar e seguir o ano letivo no cenário de crise sanitária. Esses profissionais tiveram que aprender a gravar e editar vídeos, transmitir *lives*, entender a melhor forma de repassar seu conteúdo, manter a atenção e participação dos alunos nas aulas *online*.

Os novos desafios para a educação remota ou híbrida perpassam por cenários novos e incertos, falta de formação do professor para o ensino *online*, falta de habilidades digitais de alguns professores, sobrecarga de atividades, falta de adaptação do currículo para um ensino remoto, inexperiência dessa modalidade de ensino por parte da escola, precariedade estrutura tecnológica das escolas, dificuldade de acesso a computador e a internet dos usuários, falta de autonomia e pobreza de interação entre os alunos. Apesar do ensino remoto amenizar os efeitos negativos do isolamento e distanciamento social; muitos estudantes ficaram sem aulas, por não possuir recursos tecnológicos ou sem devolver as atividades realizadas

pelos professores, fatores cruciais para aflorar o abandono e a evasão escolar, o que contribui para atenuar a desigualdade educacional existente no País.

Esses desafios e dificuldades agravam os problemas estruturais do sistema educacional brasileiro. A educação precisa ter um papel emancipador e de combate às desigualdades sociais. Para tanto, cada contexto deve ser analisado de forma cuidadosa, apoiado nas vivências concretas de cada local, para que nenhum profissional ou aluno seja excluído do processo educativo. Faz-se necessário a defesa e o investimento em igualdade e equidade no acesso aos direitos fundamentais do cidadão, políticas educacionais voltadas para a educação pública de qualidade com soluções mais criativas e inclusivas de ensino, e capacitação e valorização dos professores. Recomenda-se mais estudos sobre estratégias para manter os alunos motivados e garantir que eles participem das aulas *on-line* e usem com frequência as ferramentas tecnológicas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, p. 39-64, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação da pandemia do Novo Coronavírus–COVID-19. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 3 nov. 2020.

FETTERMANN, Joyce Vieira; TAMARIZ, Annabell Dell Real. Ensino remoto e ressignificação de práticas e papéis na educação. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 01-10, 2021.

GONÇALVES, Isabela Cristina Brito; *et al.* Ensino Remoto para Quem? Relato de Experiências em Quatro Escolas Públicas do Rio de Janeiro Durante a Pandemia da COVID- 19. **EaD Em Foco**, v. 10, n. 3, 2021.

MARQUES, Ronualdo. Responsabilidade social: senso crítico versus covid-19. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 2, n. 4, 2020.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. Educação em tempos de pandemia no Brasil: saber e fazeres escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 2, p. 215-224, maio-ago. 2020.

MONTEIRO, Edna Câmara. **Educação na pandemia**: a experiência de uma escola da rede municipal de ensino de Campina Grande (PB). 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA19_ID1164_01092020164644.pdf. Acesso em: 03 nov. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Org.). **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

SILVEIRA, Juliano. O teletrabalho coletivo durante a pandemia da covid-19: um relato de experiência na educação infantil de Florianópolis. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 316-332, jan./jan. 2021.

SOUSA, Jordana Gracielle de Jesus; *et al.* Afetividade na relação professor-aluno no ensino remoto emergencial: uma experiência de estágio. **EmRede**, v. 8, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2021.